



FONTES DA TRADIÇÃO NACIONALISTA SOBRE AS “INVASÕES HOLANDESAIS”: O USO DAS NARRATIVAS DA “GUERRA BRASÍLICA” POR FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

SOURCES OF THE NATIONALIST TRADITION ON THE “DUTCH INVASIONS”: THE USE OF NARRATIVES OF THE “BRAZILIAN WAR” BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa¹

RESUMO: No século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen participou do projeto de construção nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O objetivo do presente artigo é analisar o uso das crônicas da “guerra brasílica” como fontes históricas por Varnhagen, na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, para construir uma interpretação sobre as “invasões holandesas” que se tornou paradigmática dentro da tradição nacionalista sobre a História do Brasil. O debate parte da identificação desta tradição nacionalista, avança na caracterização do paradigma das “invasões holandesas” e termina com o exame das fontes do historiador oitocentista, particularmente os relatos de Duarte de Albuquerque Coelho, Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, mais referenciados por Varnhagen.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira; Tradição nacionalista; Invasões holandesas; Guerra brasílica; Francisco Adolfo de Varnhagen.

ABSTRACT: In the 19th century, Francisco Adolfo de Varnhagen participated in the national construction Project of the Brazilian Historical and Geographical Institute. The purpose of this article is to analyze the use of chronicles of the “Brazilian war” as historical sources by Varnhagen, in his book *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, to build an interpretation about the “Dutch invasions” that has become paradigmatic within the tradition nationalist on the history of Brazil. The debate begins with the identification of this nationalist tradition, it advances in the characterization of the paradigm of the “Dutch invasions” and it ends with an examination of the nineteenth-century historian’s sources, particularly the reports by Duarte de Albuquerque Coelho, Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, most referenced by Varnhagen.

KEYWORDS: Brazilian historiography; Nationalist tradition; Dutch invasions; Brazilian war; Francisco Adolfo de Varnhagen.

¹ Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História Moderna da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: reginhacribeiro@gmail.com



INTRODUÇÃO

Mas pode-se ter fé e patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos tem precedido, e para maior clareza e facilidade da narração (VARNHAGEN, 2002, p. 25-26).

Conforme confessa Francisco Adolfo de Varnhagen na citação acima, toda a sua produção historiográfica baseia-se nos documentos de época: à “imitação dos nossos” é referência clara dos testemunhos portugueses das guerras pernambucanas do açúcar. Deste modo, é marca da tradição historiográfica varnhageniana o trabalho com as fontes como critério de cientificidade da escrita histórica.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um dos historiadores oitocentistas que participaram do projeto de construção nacional capitaneado pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição nascida 1838 procurava escrever uma história para o recém-independente Brasil.

Considerado como marco do nascimento da historiografia brasileira, as pesquisas que investigam o papel do IHGB na consolidação do Estado Nacional e, mais precisamente, na criação de Nação brasileira, forjada a partir de um passado comum, vêm despertando os olhares dos historiadores brasileiros desde a década de 1980.

Nesta área, uma alentada bibliografia da qual fazem parte os conhecidos trabalhos dos historiadores Manoel Luís Salgado Guimarães (1988; 2011), Lúcia Maria Pascoal Guimarães (1988; 2011), Lilia Moritz Schwarcz (1995), Arno Wehling (1983; 1999), Armelle Enders (2000), Temístocles Cezar (2004), Hugo Hruby (2009), entre outros, salientou o esforço da monarquia brasileira em escrever um passado nacional singular, tarefa para a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dedicou no século XIX.

O presente artigo parte da análise da tradição nacionalista presente na historiografia brasileira do Oitocentos e segue no exame da escrita de Varnhagen, no entanto, não verticaliza em sua obra mais clássica, mas nas fontes que embasaram o trabalho publicado em 1871, a *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* (2002), no qual o historiador analisa a chamada “invasão holandesa”, construindo uma interpretação que se tornou paradigmática a respeito desse episódio da história do Brasil.



Tradição nacionalista de escrita da História do Brasil

No século XIX, a existência de um Estado subjazia como um elemento fundamental para forjar a nação. A própria produção de Varnhagen atribuía um papel de destaque ao Estado: o de instância civilizadora, promotora e criadora da nação no Brasil (Guimarães, 2011, p. 252; 246). De maneira recíproca, a História, em consolidação nos idos do século XIX, representava um campo de extremo interesse para o Estado. Nas palavras do ministro do Império do Brasil, Luiz Pedreira do Couto Ferraz:

A História e a Geografia pátria não podem deixar de merecer a mais especial atenção dos poderes do Estado. Cada geração tem para com as seguintes o dever de concorrer para o seu desenvolvimento, e para que não se percam, nem as tradições nacionais, nem a notícia de objetos cujo conhecimento possa interessar o futuro (FERRAZ, 1856).²

Na busca do nacional, o destaque da participação luso-brasileira nas guerras pernambucanas do século XVII era dado pelos historiadores, seja em termos de resistência aos neerlandeses, como vimos no caso da produção do século XIX, cujo ícone é o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen; seja em termos da corrente historiográfica mais regionalista, surgida a partir do século XX, que procurou iluminar o elemento colonial como colaborador dos holandeses.

Nesta via, trata-se de uma permanência da tradição nacionalista na historiografia brasileira, a qual é fortemente ancorada na historiografia europeia, também de matriz nacionalista. Na crítica de Manoel Guimarães (2011, p. 100): “a Europa sempre foi uma instância de legitimação da produção cultural e, ainda hoje, podemos nos perguntar se o Brasil conseguiu emancipar-se dessa dependência cultural”. Na verdade, o cânone cultural do século XIX que exerceu maior influência sobre o Brasil antes mesmo da fundação do Império foi a França (Guimarães, 2011, p. 113).

No âmbito da historiografia, um dos modelos para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi L’Institut Historique de Paris (IHP), cuja missão consistia, basicamente, em “encourager, diriger et propager les études historiques en France et à

² Relatório do ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz do ano de 1856. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.



l'étranger"³. A instituição francesa também recorria ao passado motivada por uma questão nacional. Assim, o IHP buscava as raízes nacionais da França para contribuir na construção e na divulgação de uma determinada imagem da nação francesa, missão muito semelhante à do IHGB.

De acordo com Manoel Guimarães (2011, p. 107; 103), no seu ofício historiográfico, o IHP trabalhava com duas concepções determinantes para a imagem da nação francesa: a demarcação de Paris como a capital do mundo intelectual e a transformação da língua francesa na verdadeira língua da civilização moderna. Na sua missão civilizadora, o Institut Historique de Paris construía o relato oficial da história da França dando destaque em particular para duas épocas históricas: a Idade Média e a Época Antiga, avaliando a influência dos gauleses na cultura clássica greco-romana.

Desta forma, a concepção de história do IHP era muito próxima da que foi desenvolvida no IHGB, enquanto uma ciência capaz de explicar o conjunto da sociedade. Nos interstícios do IHP, a disciplina História também possuía uma função pragmática claramente definida, qual seja, a de funcionar como mestra da vida. Havia, no entanto, uma distinção crucial entre os institutos francês e brasileiro, conforme Guimarães:

Enquanto o IHGB praticamente desde o início, colocou-se sob influência do Estado brasileiro, o Institut Historique de Paris refletia outro quadro de relações sociais, eis que o Estado não se imiscuia necessariamente no campo da produção cultural da sociedade. (Guimarães, 2011, p. 109)

De forma significativa, a historiografia francesa era exercida como profissão, o que impactava diretamente na atividade desses historiadores enquanto profissionais remunerados. Por outro lado, a remuneração não era a motivação primordial dos membros do IHGB, mas sim a aquisição de prestígio. Entretanto, se a participação financeira do Estado diferia entre as instituições, a preocupação com a construção da imagem da Nação era muito similar. Havia, pois, uma finalidade nacional no trabalho histórico.

A fundação do instituto parisiense representou, assim como ocorrera pouco tempo depois com o instituto brasileiro, um passo importante para a institucionalização da História como ciência e da pesquisa científica sobre os testemunhos históricos para comprovação da

³ Journal de l'Institut Historique, Paris, 1, ago 1934, p. 1. Apud. Guimarães, 2011, p. 104.



verdade histórica como atividade empírica do campo. Nesse processo, a necessidade de validação e a constituição de um corpo de leis ou regras indicam que as ciências naturais foram mesmo o modelo de cientificidade adotado.

De fato, havia um relacionamento estreito entre o IHP e o IHGB. Entre 1834 e 1850, pesquisas indicam que, dos 46 brasileiros membros do Instituto Histórico de Paris, 26 pertenciam concomitantemente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Faria, 1965, p. 68-148). De modo que o contato entre os membros de ambas instituições era frequente. Ao passo que o IHP propagava a missão civilizadora da nação francesa, o IHGB se esforçava por fazer da nação brasileira recém-criada a guardiã da “civilização europeia no Novo Mundo” (Guimarães, 2011, p. 110), um tipo de porta-voz e representante legítima dos padrões franceses.

Segundo Manoel Guimarães (2011, p. 112), logo o primeiro número do *Journal de l'Institut Historique*, a revista do IHP, contou com a contribuição de artigos de três brasileiros: Domingos José Gonçalves de Magalhães, abordando o início da literatura nacional no Brasil; Francisco Salles Torres Homem, trabalhando com o desenvolvimento das ciências no Brasil; e Manoel de Araújo Porto Alegre, descrevendo o estado das artes no Brasil.

Tais são os intercâmbios entre o IHP e o IHGB que a influência da instituição francesa sobre a brasileira é inegável. Além de modelo para a recuperação do passado, para a constituição do nacional e para o trabalho efetivo da História, L'Institut Historique de Paris constituiu-se mesmo na instância de legitimação social do lugar da História na construção da Nação.

Desta forma, a própria tradição nacionalista, predominante na constituição da historiografia brasileira do século XIX, tem papel preponderante também na historiografia francesa da mesma época, modelo para o estabelecimento do IHGB. Trata-se, sobretudo, de uma tradição que perpetua a memória nacional construída pelo instituto histórico como discurso fidedigno a partir do qual é crível contar a história do país numa narrativa generalizante.

O paradigma das “invasões holandesas” consolidado por Varnhagen

O protagonismo de Francisco Adolfo de Varnhagen, a despeito de suas contendas ideológicas internas com o grupo dirigente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é incontestável. O historiador Arno Wehling (1999, p. 103) explicou que a singularidade de Varnhagen não residia tanto em suas posturas políticas, uma vez que defendia o Antigo Regime



desde os anos de 1840, assim como seus contemporâneos, mas em sua falta de afinidade teórica com os pensadores brasileiros do Oitocentos (WEHLING, 1999, p. 138).

Se nem sempre o historiador oitocentista representou qualquer tipo de pensamento uníssono da instituição, sua produção bibliográfica constituiu, de fato, uma tradição historiográfica, sobretudo pela ressonância de sua mais famosa obra, a *História Geral do Brasil* (1975), escrita entre 1854 e 1857, que impactou os manuais de ensino de História ainda no século XIX e a historiografia brasileira até o século seguinte.

A questão que guia a pesquisa para os trabalhos de Varnhagen certamente não o confere o título de precursor da tradição nacionalista, muito menos entende que tenha sido o primeiro a recuperar a histórica dominação neerlandesa seiscentista nas capitâncias açucareiras coloniais, uma vez que havia uma memória regional que cuidou de modo particular para que o episódio não fosse esquecido (CLEMENTINO, 2018).

Entretanto, a recuperação da obra de Varnhagen desde a virada do século XIX para o XX, bem como sua penetração na historiografia brasileira e a utilização de sua matriz interpretativa quanto às “invasões holandesas” nos manuais de ensino de História do Brasil ainda na época imperial demonstram que, ao menos no que diz respeito àquele episódio, a escrita varnhageniana se tornou paradigmática (COSTA, 2020).

O paradigma da invasão holandesa foi, então, construído em *História Geral do Brasil* tendo por base uma interpretação que exalta, com denotado afincado, a resistência portuguesa ou luso-brasileira, em ambos períodos da chamada Guerra holandesa, isto é, durante o conflito luso-holandês inicial desenvolvido entre 1630 e 1636 e durante a insurreição pernambucana ocorrida entre 1645 e 1654; retrata através de uma perspectiva invasora as forças neerlandesas; recupera a visão libertadora política e religiosamente que a restauração pernambucana foi revestida; e constrói uma narrativa heroica sobre o episódio, contado em meio à edificação de heróis e vilões (COSTA, 2019).

Na obra *História das Lutas*, Varnhagen particulariza o episódio transformando em uma épica narrativa dividida em dez capítulos, afora as notas, o prefácio e um posfácio, estes últimos escritos para a segunda edição do material, concluída em 1874 (WEHLING, 2002, p. 5).

De acordo com Arno Wehling (2002, p. 6), a ideia de um estudo centrado na experiência histórica de dominação holandesa no Brasil teria surgido no início da Guerra do Paraguai, mas só se transformou em livro no ano de 1871, data de conclusão da primeira versão da obra. A



data da conclusão do material coincide, portanto, com o desempenho de Varnhagen em missão diplomática, quando era Encarregado de Negócios em Viena.

Para Kléber Clementino (2018, p. 129), em *História das Lutas*, Varnhagen ambicionava reconstruir uma narrativa da “guerra luso neerlandesa” com exatidão e riqueza de detalhes, dedicando-se à exposição cronológica e detalhada dos fatos, personagens, data e local de cada batalha. Tamanha tarefa historiográfica explica, em parte, o zelo do historiador pelos relatos diários da guerra.

O título de “Heródoto brasileiro”, empregado pela historiografia dos séculos XX e XXI em referência a Varnhagen, diz respeito exatamente ao seu papel precursor na utilização de procedimentos de crítica documental, mormente historicistas, na análise das fontes, se propondo a construir uma História menos literária, menos retórica, mais racionalizada e, significativamente, “científica” (CLEMENTINO, 2018, p. 130).

Varnhagen e o uso das crônicas da guerra como fontes históricas

Para escrever a história do período de dominação holandesa nas capitanias açucareiras seiscentistas, Varnhagen debruçou-se mormente sobre um corpus documental bastante rico: as crônicas da guerra. Tratam-se de relatos diários, geralmente escritos ao calor dos acontecimentos, marcados pela preocupação com a narrativa e com a temporalidade linear na narração dos eventos.

Como um discurso legítimo do passado, esses relatos eram escritos, na maior parte das vezes, com o intuito de informar os superiores sobre o dia-a-dia dos confrontos. Por isso, pode-se deduzir como finalidade principal das crônicas a circulação das informações. Clementino (2018, p. 134) tem razão quando afirma que Varnhagen preserva a cronologia, a periodização, o enredo, os fatos e os heróis das histórias narradas pelos cronistas do século XVII.

No caso de contexto conflitivo, o conteúdo dessas crônicas podia divergir entre si, isso porque a narrativa e as informações trazidas são marcadas pelo lugar de fala de seu autor. Por este motivo, Varnhagen reconhece a importância da leitura das crônicas de ambos os lados da guerra, orientando-se por uma metodologia que preza pela imparcialidade histórica, como descrita em seu prefácio:



A respeito de uns, como de outros, procuraremos, sempre que nos seja possível, não emitir juízos sem ouvir ambas as partes, convencidos de que é nesta pontualidade que essencialmente consiste o preceito da imparcialidade imposto aos que escreveram a História Pátria, e não na de narrar com indiferença, como descritos (VARNHAGEN, 2002, p. 26).

Desta forma, pode-se perceber que ser imparcial, para Varnhagen, não significava necessariamente ser indiferente, de modo que o historiador oitocentista coletou uma grande quantidade de fontes para a produção de sua história, mas posicionou-se claramente ao lado dos cronistas luso-brasileiros, como pode ser verificado na análise de sua interpretação historiográfica sobre o que chama de “invasão holandesa”.

Neste sentido, Varnhagen contava sua história a partir da perspectiva portuguesa ou luso-brasileira, de modo que os “invasores” eram os “inimigos” cujos “nossos” tentavam “resistir” para “libertar” Pernambuco. Os juízos emitidos pelo historiador ficam ainda mais evidente conforme a descrição dos personagens coloniais. Ainda que com pontuais críticas⁴ aos cronistas, sobretudo quanto à cautela em sua leitura, Varnhagen atribui a exatidão de seu conteúdo ao uso crítico de suas fontes⁵.

Apesar da pretensão à construção de uma história verdadeira sobre a guerra luso neerlandesa, Clementino (2018, p. 131) defende que Varnhagen não rompe inteiramente com a representação historiográfica das fontes que o embasa, isto é, a reprodução e a crítica destinadas aos documentos acabam por estabelecer um diálogo com seus autores, passando por cima até da historicidade do material, “como se tivessem sido escritas não centúrias atrás, mas em seus próprios dias”.

Dentre os testemunhos portugueses, três crônicas luso-brasileiras destacam-se pelo alentado volume de referências por Varnhagen. Tratam-se dos relatos escritos por Duarte de Albuquerque Coelho (1981), intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*; Frei Manoel Calado (2004), publicada com o título *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*; e Francisco de Brito Freire (2001), quem escreveu o relato denominado *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*. Por isso, a presente pesquisa se debruçou na análise do material das crônicas que embasaram o discurso varnhageniano.

⁴ O cruzamento das fontes do período permitiu ao historiador oitocentista, em algumas passagens de *História das Lutas*, corrigir datas, locais que ocorreram certos episódios e quantitativos de mortos das batalhas.

⁵ Sobre o intento de Varnhagen, nas palavras de Clementino (2018, p. 138): “Seu projeto não é apresentar nova história, nem realizar nova análise: é contar melhor a mesma história – em última instância, alcançar a história perfeita, terminante, para além da precariedade das versões que proliferavam.”



As Memórias Diárias de Duarte de Albuquerque Coelho

Na crônica *Memórias Diárias da Guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*, datada de 1644⁶, seu autor, Duarte de Albuquerque Coelho foi o português quarto donatário da Capitania de Pernambuco. Tendo tomado posse de suas terras por ocasião da chegada dos holandeses, em 1631, Coelho escreve um diário⁷ com o objetivo de narrar o cotidiano das guerrilhas, em tom militar.

Com esta finalidade, o cronista reúne alguns relatos de confiança sobre a guerra entre os portugueses e os holandeses. Dentre os mais famosos, Duarte Coelho conta com a minuciosa relação escrita pelo seu irmão, Matias de Albuquerque, o próprio comandante da resistência. É desta forma que as *Relações Diárias* do chefe das forças portuguesas integram as *Memórias Diárias*.

O relato de Coelho se estende do período de conquista do território pelos flamengos até a vinda do governador dos neerlandeses, Maurício de Nassau. Neste tempo, os holandeses seriam os “inimigos” que estavam “invadindo” o território. Caberiam aos portugueses, aos luso-brasileiros, aos naturais e a todo morador, defender suas terras.

Na convocação feita por Matias de Albuquerque em 1630, narrada por seu irmão na crônica⁸, dirigida aos habitantes locais para a defesa do território, sobressai o espírito de brava resistência que as forças portuguesas foram revestidas: “não só defendiam daqueles heréticos rebeldes o seu natural rei e senhor, e a pureza com que a fé católica [...]; mas também suas próprias honras, mulheres e filhos, pátria, fazenda e, finalmente, sua antiga reputação” (COELHO, 1981, p. 29).

Neste interim, é enfatizado o trabalho de Matias de Albuquerque no aparato da resistência, narrando que, da convocação supracitada, o comandante arregimentou aproximadamente cem homens entre os locais, número bastante diminuto, se considerado o quantitativo das forças neerlandesas. De todas essas dificuldades enfrentadas pela defesa, sobressai uma narrativa laudatória da resistência, que tende a exaltar cada batalha vencida, cada emboscada armada e cada passo obstruído dos holandeses.

⁶ A crônica de Coelho (1981) retrata a guerra do ponto de vista das forças portuguesas e sua narrativa se estende até o ano de 1638, quando o autor regressa à Europa.

⁷ A narrativa é escrita como um diário, no qual os relatos dos acontecimentos eram registrados quase diariamente com minudência de detalhes.

⁸ A organização da defesa portuguesa é saliente na crônica de Duarte de Albuquerque Coelho, até porque seu próprio irmão era o encarregado de comandá-la.



A respeito da mobilização feita por Albuquerque, as *Memórias Diárias* saúdam: “[...] considerável por certo é a quantidade e qualidade da gente com que o general Matias de Albuquerque deu princípio a uma guerra que veio a ser de tanta opinião” (COELHO, 1981, p. 36). Há destaque também para o “Real do Bom Jesus”, principal bastião da resistência, fortificado na casa de um antigo morador chamado Antônio de Abreu.

Sobre a impopularidade de algumas medidas do comandante Albuquerque, narrou Coelho (1981, p. 51) que: “a estas contradições respondia o general, sempre constante, que esperava em Deus que dali faria uma formidável resistência, e que para isso convinha dar-lhe princípio”. O próprio Real ou Arraial do Bom Jesus foi louvado no relato de Coelho como uma grande decisão de seu irmão, sobretudo pela localização, na várzea do Rio Capibaribe, de onde os guerrilheiros poderiam retirar água e alimento; em posição apropriada para ser socorrida; em local estratégico para se partirem para vários caminhos; e próxima o bastante para combater os inimigos.

A narrativa de Duarte de Albuquerque Coelho segue ressaltando o papel da resistência portuguesa, que, apesar do sucesso inicial, não deixava de ser criticada, sobretudo quanto as emboscadas arquitetadas pelo general, que eram condenadas por serem “antes temerárias que importantes” (COELHO, 1981, p. 78). O cronista destaca que o pior era a falta de socorros por parte da metrópole⁹. De modo que as adversidades faceadas na defesa do território serviam também como uma forma de exaltar a capacidade da resistência de aguentar em seus postos até onde fosse possível.

Se a resistência era tão imbatível quanto descreve Duarte Coelho, somente uma força interna poderia derrubá-la. Nesta lógica, conta o cronista sobre a traição de Domingos Fernandes Calabar, considerada a grande causa da perda do território. Assim, lamentou Coelho (1981, p. 128): “como o nosso general lhe conhecia talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava, mas pelo caminho que abria para outros como ele fazerem o mesmo”.

De fato, Calabar aparece como um mulato, natural da vila de Porto Calvo, muito talentoso, segundo as *Memórias Diárias*, pois tinha Calabar “muito valor e astúcia” e era “o mais prático em toda aquela costa e terra que o inimigo podia desejar”. Contudo, era pela infidelidade que Calabar tornara-se mais conhecido. Isto porque sua traição, datada de 20 de

⁹ Em relação ao Real do Bom Jesus e à ausência dos socorros, Duarte Coelho (1981, p. 102) pontua: “é bem digno de consideração que estando fortificados havia pouco menos de dois anos, em lugares onde tudo era lenha, lhes fosse defendida pelo nosso general com tanto valor, com seus capitães, que padeciam esta tão grave míngua, [...]”.



abril de 1632, foi narrada como a origem dos males de Pernambuco. A partir da mudança de campo de Calabar, a narrativa de Coelho segue atribuindo o paulatino avanço holandês na guerra até a sua vitória final ao protagonismo das ações arquitetadas e executadas sob a liderança do mulato.

Na sequência, Coelho atribuía a culpa da perda de cada posto pelas forças da resistência ao traidor, porque “de quase todas as sortidas que efetuaram, nas quais nos deram gravíssimos prejuízos, foi Calabar o motor principal” (COELHO, 1981, p. 138). O êxito, então, era de Calabar e não dos holandeses, isto porque o traidor ensinara aos “invasores” as artes da guerra naquele terreno, como observou Duarte Coelho. O efeito da ajuda de Calabar aos holandeses foi bastante intensificado na crônica de Coelho.

As forças portuguesas, as quais o próprio cronista compunha, foram exaltadas pela defesa de Pernambuco, como exclamou em dezembro de 1634 o cronista: “faltava-nos tudo, menos o valor e a resolução em que estávamos de morrer sem a desonra de entregarmos ao inimigo a fortaleza” (COELHO, 1981, p. 266). De todo modo, em junho de 1635, o Real foi capitulado pelos holandeses. A queda do Arraial, àquela altura, significava nada menos que o golpe derradeiro nas tropas da resistência e a abertura do caminho a Companhia das Índias Ocidentais para assenhorar-se de todo o território.

Em seu diário, Duarte Coelho (1981, p. 313) lamentou a perda do bastião da defesa em 3 de junho de 1635: “foi finalmente preciso render-se; e com as circunstâncias referidas, de certo que não foi ingloriosamente”. O motivo da perda do posto¹⁰ foi menos pela derrota dos portugueses ou pela superioridade dos holandeses, e sim devido à fadiga, à falta de víveres e munições e, principalmente, à fome que assolava os soldados.

Assim, até na hora da derrota, Duarte Coelho não assumia a incapacidade da resistência, tampouco o triunfo flamengo. Novamente, a causa da perda era interna, proveniente de algo que fugira ao controle do glorioso general Albuquerque, o que, anos antes, se referiu à traição de Calabar, e neste momento, à ausência de condições materiais para a manutenção das tropas.

A crônica termina no ano de 1638 e o autor deixa claro que, até aquele ano, mesmo tendo caído o Arraial, as escaramuças não terminaram. Apesar da conquista holandesa ter se efetivado após a “invasão”, Duarte Coelho explicita que as forças de resistência permaneceram

¹⁰ De forma que, para Coelho (1981, p. 313-314): “[...] nem o valor nem a constância dos defensores do Real bastou para que ele não se perdesse; porque afinal faltou tudo o que servia de sustento, consumiram-se cavalos, couros, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam”.



ativas, sem jamais desistir do território ou reconhecer a derrota. Desse modo, pode-se afirmar que as *Memórias Diárias*, narradas pelo ponto de vista português, tendem a exaltar a resistência luso-brasileira, a dimensão da luta nas guerras pernambucasas, mas Duarte de Albuquerque Coelho não é o único.

O Valeroso Lucideno de Frei Manoel Calado

Outra testemunha ocular dos fatos foi o Frei Manoel Calado, que registrou os eventos ocorridos em seu relato, intitulado *O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade*. O religioso é natural da Vila Viçosa, região portuguesa, eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, popularizado como Frei Manoel Calado do Salvador. Datada de 1648¹¹, a crônica do religioso abrange tanto a fase inicial de guerra que culminou com a conquista holandesa, quanto o período do governo nassoviano e o início da insurreição pernambucana.

A respeito de sua narrativa, é saliente em *Valeroso Lucideno*, à semelhança das *Memórias Diárias*, que o autor escreve pela perspectiva portuguesa, qualificando a ocupação holandesa no Brasil pela ótica da invasão, ao menos durante a época da guerra. Em primeiro lugar, o religioso reclama da falta de resistência dos portugueses no desembarque dos holandeses no Recife. Segundo Calado (2004), os invasores provocaram muita confusão ao chegarem.

O cronista deixa transparecer o clima predominante de desordem e de pavor espalhados com a entrada dos holandeses. O estado em que as coisas ficaram teria, segundo o morador, assustado os moradores. Por isso, Matias de Albuquerque foi enviado com o título de “capitão-mor e superintendente em todas as coisas tocantes à milícia” (CALADO, 2004, v. I, p. 42) e tratou de levantar a defesa em uma fortaleza.

A coragem dos “valentes mancebos” resistentes foi muito elogiada pelo religioso. A exaltação das forças de resistência sobressai na narrativa de Calado ao registrar o desânimo que se abateu sobre os soldados luso-brasileiros devido ao tratamento do Conde de Bagnuolo: [...] e os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra e reprimido o inimigo com tanto esforço e valor, [...]. (CALADO, 2004, v. I, p. 47-48)

¹¹ A primeira edição do livro foi datada de 1648, graças ao trabalho de Paulo Craesbeeck “Impressor & Livreiro das Ordens Militares”.



O cronista defende os luso-brasileiros ao criticar a diferença que o Conde fazia em relação aos soldados provenientes do Reino e aos soldados de Pernambuco. Neste interim, nota-se a admiração do frei pela liderança de Matias de Albuquerque. É possível perceber que o religioso possuía inimizades e nutria certas alianças naquele tempo, relações às quais é possível identificar através de sua crônica.

Ao narrar a formação do Arraial do Bom Jesus, em particular, Calado (2004, v. I, p. 45), mais uma vez, deixou transparecer a fé no trabalho e no êxito dos colonos: “[...] tinham tão encurralado o holandês, que não era senhor nem de sair a buscar água para beber, [...]”. Os soldados luso-brasileiros eram, para Frei Calado (2004, v. I, p. 48), “vassalos leais de sua Majestade em companhia de seu governador Matias de Albuquerque” que lutaram com zelo pela “defesa da Pátria” até que um “mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido” traiu a resistência e se meteu entre os holandeses.

O cronista refere-se a Calabar, o traidor que passou a colaborar com os flamengos para, segundo o relato, fugir da punição por crimes que cometera na capitania. Calado (2004) descreve Calabar como precursor do caminho da infidelidade, isto porque o frei explicita que outros traidores seguiram seu exemplo, concedendo passaporte aos moradores e aos naturais que se submetessem ao domínio flamengo. O problema, segundo Calado, residia, principalmente, nos inúmeros casos de deserção que enfraqueciam as forças da defesa.

É notório perceber, no caso do Frei Manoel Calado, que o cronista, além de pregador, ocupava outros papéis naquele contexto bélico, inclusive o de militar, como foi próprio de alguns religiosos do período que chefiavam companhias de índios. Devido a sua grande circularidade, a narrativa de Calado é rica em detalhes sobre a vida cotidiana e sobre as batalhas, fornecendo um testemunho dos eventos que envolveram a ocupação holandesa, exatamente por isso a pesquisa de Varnhagen se apoiou tanto sobre o material.

Não apenas Calado, mas também Calabar desempenhava outros papéis na guerra, além de soldado e capitão entre os holandeses. De modo que como guia, intérprete e mediador, o traidor prestou valiosos serviços ao “inimigo”, golpeando a resistência luso-brasileira. Antes da execução do traidor, foi o religioso confessar as culpas do traidor. Em confissão *in extremis*, o traidor revelou, ainda, coisas pesadas ao religioso, as quais logo chegaram aos ouvidos de Albuquerque (CALADO, 2004, v. I, p. 60). Sobre o conteúdo da revelação de Calabar, o



cronista não deixou conhecer, mas suspeita-se de nomes que traidor conhecera devido ao seu tempo entre os holandeses.

Calado trata da liberdade, que é o próprio objetivo da restauração de Pernambuco, já no final de seu relato. O Frei terminou a redação de sua crônica em 1646 e dedicou sua obra a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal¹². No entanto, o cronista escreveu mesmo em louvor ao líder da insurreição, João Fernandes Vieira, que viria a libertar o território da tirania holandesa por meio da “heroica empresa de liberdade da Pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 11).

Conforme admite o próprio religioso, seu livro trata da “história da liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 42), sendo uma obra que expressa convicção inabalável que os portugueses restaurariam Pernambuco, já que foi escrita e publicada antes da expulsão dos holandeses. Por isso mesmo, os “cabeças” ou os líderes da insurreição formavam a “facção da liberdade da Pátria”, assim chamada por Calado, cujos exemplos podem se referir a João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Neste ponto, pode-se depreender alguns argumentos que embasaram a tradição historiográfica inaugurada com Varnhagem no século XIX. O historiador interpretava o Brasil como propriedade de Portugal por meio de uma espécie de herança do Tratado de Tordesilhas em conformidade com suas fontes de pesquisa. Neste sentido, a ocupação holandesa era considerada uma invasão e a expulsão dos inimigos era vista como uma libertação, chamada à época de “guerra da liberdade divina”¹³ (CALADO, 2004, v. I, p. 96), como tem-se podido observar no exame das crônicas luso-brasileiras, produzidas no século XVII.

A Nova Lusitânia de Francisco de Brito Freire

Outra crônica desse período é a escrita por Francisco de Brito Freire, português oriundo de família abastada no Alentejo e proprietário de terras e engenhos na Bahia, com experiência militar ligada à Restauração Portuguesa e prática administrativa relacionada ao governo de

¹² É bom lembrar que a crônica de Calado teve sua venda proibida pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum*, por decreto de Roma de 1655. A proibição foi levantada e o livro só pode voltar a circular em 1667.

¹³ De acordo com Calado, o próprio nome da guerra, “liberdade divina” (CALADO, 2004, v. I, p. 96), teria se originado nos próprios encontros entre Vieira e Vidal, ocasiões em que eram avaliadas as fortificações dos holandeses e as possibilidades de rompimento, apelidando o conflito por vir de “liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 293).



Jerumenha em 1658, da capitania de Pernambuco entre 1661-1664 e da cidade de Beja em 1665 (GOUVEIA, 2001, p. 238-239).

A obra de Freire publicada em 1675, trata-se da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília*, escrita durante os seis anos em que esteve em cativeiro entre a Torre de Belém e a Torre de São Julião¹⁴. Neste sentido, a crônica de Freire não foi contemporânea ao período de ocupação holandesa e, por ter sido escrita alguns anos após a expulsão dos flamengos, o autor baseou-se no testemunho de predecessores, inclusive naqueles escritos pelos holandeses.

É sabido que *Nova Lusitânia* é uma resposta ao livro de Gaspar Barleus, intitulado *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, obra encomendada por Maurício de Nassau em memória ao seu governo no Brasil (BARBOSA; LISBOA, 2001). Em face à crônica de Barleus, publicada em 1647, o objetivo do relato de Freire era contar a “verdadeira” história da guerra enfatizando a árdua resistência portuguesa.

Contudo, tais aspectos formais não devem minorar a importância da crônica como fonte válida sobre as guerras pernambucanas do seiscentos. Neste sentido, pode-se considerar que Freire narrou os acontecimentos pela perspectiva portuguesa, assim como Duarte Coelho e Frei Calado. O relato de Freire (2001), no entanto, contemplou todo o período que considerou como “Guerra Brasília”¹⁵, caracterizada pelas guerrilhas.

Freire (2001, p. 26) a considera como a “memorável guerra com que foi invadido o Estado do Brasil e ocupadas suas melhores praças e mais ricas províncias das armas holandesas”. A história contada por Freire regressa ao tempo da primeira tentativa de invasão da Bahia, realizada pelos holandeses em 1624¹⁶. Na Bahia ou em Pernambuco, é latente a “resistência larga e sanguinosa” (FREIRE, 2001, p. 119) feita pelos portugueses como uma resposta à “invasão dos inimigos”.

A respeito da organização da resistência, Freire aprecia a localização e a posição do Arraial (FREIRE, 2001, p. 126) A guarda do território aparecia, na crônica, como uma tarefa tão honrosa quanto arriscada, como ressaltou Freire (2001, p. 128): “não só dificultosa mais

¹⁴ A prisão do português deveu-se à sua recusa em conduzir o rei deposto D. Afonso VI à Ilha Terceira, nos Açores, em 1669, e em governar a ilha.

¹⁵ Freire denomina as guerras pernambucanas do século XVII como “guerra brasileira”, referindo-se à peculiaridade das guerrilhas ocorridas entre 1630 e 1636 movidas pelos luso-brasileiros, contando, assim, com grande contingente nativo que lutou enquanto soldados do conflito.

¹⁶ Restaurada a capitania central da Colônia no ano seguinte pelos portugueses, o cronista volta suas atenções para os acontecimentos em Pernambuco.



impossível parecerá aos mais destros capitães da Europa esta nossa defesa [...]”. O cronista destaca a particularidade da ação empreendida pelos portugueses e luso-brasileiros: protegerem o território da invasão inimiga, apesar de todas as adversidades oriundas das peculiaridades do terreno colonial, do fraco quantitativo de soldados e da fome que muitas vezes assolava as tropas.

A organização da crônica de Freire, tal qual a de Coelho, segue a estrutura de um diário, cujos eventos são narrados ano a ano conforme a guerra se desenrolava no equilíbrio entre a pressão para expandir suas fronteiras e o cerco ao invasor: “assim como os nossos atendiam a prevenir a defesa; procuravam os holandeses aumentar a conquista; [...]” (FREIRE, 2001, p. 130). Tensão esta que permaneceu até 1632, de acordo com Freire, caracterizando uma situação de impasse na guerra.

O impasse seria rompido, segundo o cronista, pela atuação de “tão pequeno instrumento” que seria “causa de grandes danos”, em referência a Domingos Fernandes Calabar, descrito como “manhoso, atrevido e tão prático dos lugares e dos portos do mar”, “zeloso e diligente” (FREIRE, 2001, p. 155-156). Calabar teria rompido o equilíbrio da guerra porque, segundo o cronista, guiou, persuadiu, arquitetou, dirigiu, queimou, incitou, instruiu, entre muitas outras ações, isto é, foi a ação do traidor e não a capacidade ou os méritos holandeses que garantiram a conquista do território à Companhia das Índias.

Também na crônica de Freire, Calabar seria o fiel da balança que faria a fortuna da guerra pender para os holandeses. Contudo, a grande diferença da narrativa de Freire para a de Coelho e a de Calado é o motivo atribuído à traição do mulato. Para Francisco de Brito Freire (2001, p. 156), Calabar buscava reconhecimento entre os holandeses, “a esperança que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento” (FREIRE, 2001, p. 244). Assim, a traição era movida por interesses particulares.

O cronista enaltece a resistência, mesmo depois da queda do Arraial do Bom Jesus. Segundo a narrativa do cronista, mesmo estando “os inimigos muito mais estabelecidos e poderosos”, os luso-brasileiros continuaram resistindo, na forma das guerrilhas organizadas para emboscar os holandeses, uma vez que o socorro prometido por parte da metrópole “nunca acabava de chegar, antes para causar mais lástima que para servir de algum remédio” (FREIRE, 2001, p. 216-217).



A crônica de Freire também termina ao final do ano de 1638, quando a resistência começava a enfraquecer em face à consolidação do governo de Nassau. No relato, Freire enumera os nomes dos valentes resistentes que fizeram a Guerra Brasília e aguentaram o cerco até seus momentos derradeiros: “[...] pessoas de valor, posto e qualidade que mereceram pela importância da ocasião mais distinta memória” (FREIRE, 2001, p. 270).

Deste modo, Freire (2001, p. 274) aceitava a derrota exaltando memória dos soldados luso-brasileiros: “porque muitas vezes os indignos venturosos usurpam a satisfação dos merecedores desgraçados”. Naquele momento, não adiantaria mais resistir ao “pernicioso mal que, com ter fácil remédio, é quase irremediável [...]”. A culpa recaía aos descuidos dos governadores ultramarinos, “que tratam mais nos tratos das mercancias que nas prevenções da defesa” (FREIRE, 2001, p. 273) de tão importante capitania.

Entretanto, vale lembrar que a crônica foi escrita *a posteriori* dos eventos, de modo que Freire conhecia o desfecho da dominação holandesa. Ainda que não tenha escrito sobre a insurreição pernambucana, Freire (2001, p. 237) faz menção ao episódio¹⁷ ao considerar que os soldados lutaram com ânimo decidido “assim no trabalho como na glória de quanto se foi obrando na guerra e na restauração do Brasil”.

A afirmação de seu conhecimento sobre o destino do Brasil é confirmada pelo relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*¹⁸, realizada no ano de 1655. Tendo sido Pernambuco restaurado, o autor da *História da Guerra Brasílica*, foi enviado por Portugal como forma de manter a vigilância em terra e o pronto socorro no mar contra possíveis novas invasões, agora como General da Armada da Companhia Geral, Francisco de Brito Freire.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as crônicas luso-brasileiras produzidas no período da dominação holandesa no Brasil, pode-se perceber que Duarte de Albuquerque Coelho, Frei Manoel Calado e Francisco de Brito Freire narraram os acontecimentos pela ótica portuguesa. Neste sentido, a

¹⁷ Freire considerava a restauração de Pernambuco como a “prodigiosa restauração da América Portuguesa” (FREIRE, 2001, p. 317), percebida como guerra pela liberdade da Pátria. Doravante, a recuperação da posse sobre Pernambuco daria novo estímulo ao domínio português para a conservação daquela praça.

¹⁸ O relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil* consultado trata-se da versão anexa à edição de *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* publicada em 2001 pela Beca Produções Culturais.



conquista holandesa foi concebida como uma invasão; houve uma construção enaltecedora da resistência, cujo destaque foi o próprio Arraial do Bom Jesus; o enfoque em Domingos Fernandes Calabar foi feito para justificar a derrota, entendendo-o como traidor; e a insurreição foi pensada como uma libertação.

Foi exatamente a partir desta linha de raciocínio que a tradição historiográfica oitocentista interpretou a história da dominação flamenga, em termos de invasão holandesa. Na prática, isto significa que o olhar dos cronistas seiscentistas se coadunava perfeitamente com a visão lusófila e brigantina da história brasileira construída no século XIX, cujo maior representante foi Francisco Adolfo de Varnhagen, não por acaso as narrativas supracitadas foram suas principais fontes históricas.

Uma guerra recheada de heróis, como Matias de Albuquerque, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias, entre outros, mas também de vilões, sobretudo os traidores como Domingos Fernandes Calabar, é narrada pelas crônicas portuguesas e reproduzidas na narrativa varnhageniana, quase como um “desejado protonacionalismo colonial parido e nutrido na Guerra Holandesa”, como observou Clementino (2018, p. 9).

As crônicas analisadas no presente artigo foram o principal sustentáculo da narrativa de Varnhagen, mas não suas únicas fontes de informação. Na verdade, o escopo de fontes históricas utilizadas pelo historiador oitocentista era enorme, incluindo documentos diversos pesquisados em arquivos como o Arquivo do Conselho Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Além das crônicas já listadas, Varnhagen também citou outras narrativas portuguesas, como a de Frei Rafael de Jesus (1844), e fontes holandesas, como Gaspar Barleus (1974), Ambrósio Richshoffer (1978), Johan Nieuhoff (1981) e Pierre Moreau (1979). Ademais, o historiador dialogou com histórias sobre o período escritas entre os séculos XVIII e XIX, como as de autoria de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1858), de Robert Southey (1981), de Pieter Netscher (1942) e do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1860).

Obviamente, esgotar a análise de todas as fontes utilizadas por Varnhagen seria tarefa exaustiva e que extrapola os limites do presente artigo. Para o propósito da pesquisa, interessamos recordar que as crônicas que embasaram o discurso oitocentista sobre a ocupação neerlandesa das capitanias açucareiras do Norte eram fontes parciais, que exprimiam a versão



portuguesa das guerras pernambucanas do açúcar, com as quais Varnhagen construiu verdadeiro diálogo em sua narrativa escrita mais de dois séculos após os eventos.

Uma narrativa que se tornou paradigmática, não pela ausência de concorrentes, muito menos pela repercussão ao seu tempo, haja vista que a figura de Varnhagen despertava opiniões controversas no interior do IHGB, mas sim pela recuperação histórica que foi feita, não apenas de sua obra, mas, sobretudo, do discurso que foi construído sobre as “invasões holandesas”, lamentando a perda do território devido à traição e exaltando a capacidade de resistência portuguesa na restauração pernambucana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Paula Maciel; LISBOA, Murilo de A. L. (Ed.) “Apresentação”. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília** (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

BARLEUS, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade** (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004.

CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.” **Diálogos**, Maringá/Paraná, v.8, p.11-29, 2004.

CLEMENTINO, Kléber. Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n.36, p.128-152, jul./dez. 2018.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630** (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. Concepções do Ensino de História no Brasil Republicano: as 'invasões holandesas' nos livros didáticos. In: ROIZ, Diogo da Silva. (Org.). **As Concepções Curriculares no Ensino Fundamental no Brasil Republicano**. 1ed. Jundiaí, SP: Paco, 2020.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro. O paradigma das 'invasões holandesas': a interpretação de Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.480, p.91-120, 2019.



ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro’: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.25, p.41-62, 2000.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica** (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Francisco de Brito Freyre.” In: VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.238-239.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” In: Simpósio Nacional DE História, 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. **Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ ANPUH, 1988. v.2, p.471-485.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HRUBY, Hugo. “O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)”, **História da Historiografia**, n.2, p.50-66, mar. 2009.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil**. (Original de 1761) Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 4 vols., 1858.

JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes** (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

MOREAU, Pierre. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

NETSCHER, Pieter M. **Os Holandeses no Brasil**. Tradução de Mario Sette. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

NIEUHOFF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil** (original de 1682). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. O Brasil Hollandez, **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo XXIII, primeiro trimestre, p. 67-114, 1860.



RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632**. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos.” In: **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.99-140.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. (Original de 1810-1819) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. (Original de 1854.) 9. ed. 5 vol. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.

WEHLING, Arno. Apresentação. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Artigo recebido em: junho/2023

Artigo aceito em: julho/2023